

29 JUL 1987

A negociação da dívida

As negociações do Brasil sobre a dívida externa parecem ter evoluído. Não se trata de afirmar que estamos trilhando um caminho de entendimento, que existem agora perspectivas de solução rápida deste grave problema. Entretanto, agora já se fala em caminhos possíveis e isto é feito também por nossos interlocutores internacionais.

Ao declarar a moratória, o Brasil jamais pretendeu romper com seus credores e parceiros internacionais. A medida foi tomada como uma arma numa negociação necessariamente dura, em que todas as partes defendem seus interesses específicos. Não há complacência nem amizade nas finanças internacionais, comandadas pela voz dos interesses.

A ruptura com o sistema financeiro internacional só seria cabível se o país dispusesse de reservas quase ilimitadas para fazer face às suas crescentes necessidades de importação.

As reservas brasileiras são exíguas. Mesmo não se sabendo exatamente suas dimensões, é claro que só podem permitir

uma estreita margem de manobras.

A ruptura completa implicaria necessariamente numa alteração profunda de todo o sistema produtivo, o que poderia ocasionar verdadeira convulsão social. E ninguém em sã consciência pretende que isto ocorra.

Somos estreitamente ligados à economia mundial. Nosso sistema produtivo depende de importações não só de tecnologia como também de insumos, que implicam na obtenção de novos créditos. Esta é a verdade e ela impõe aos nossos negociadores limites que não podem ser transgredidos.

Não estamos de mãos amarradas. O peso de nossa economia é importante e temos também o que oferecer aos nossos parceiros. Num caso de ruptura, todos perderiam. O sistema financeiro internacional existe para ganhar e não para o contrário, por isso a busca de entendimento é geral.

O problema central era o da negociação com o FMI, considerada indispensável para que

podéssemos chegar a um acordo com as entidades financeiras privadas. Neste sentido as coisas parecem progredir, principalmente com a adoção de um programa macroeconômico ao agrado de nossos parceiros. A negociação com os bancos privados pode decolar sob certas condições. Ai o FMI é que seria obrigado a fazer concessões. Depois de ter vivido a amarga experiência de impor planos recessivos e ver seus parceiros sendo obrigados a romper os acordos realizados, o FMI parece mais disposto à flexibilidade.

O governo se orienta no sentido de aproveitar todas as brechas que o recolocuem numa posição mais favorável para cumprir seus objetivos de desenvolvimento econômico e aliviar a pressão social que a atual crise provoca.

Atravessamos um delicado período no plano de nossas relações econômicas externas. Abrem-se perspectivas de desbloqueio. Isto é positivo, mas só se não forem abandonados os compromissos básicos do governo com a sociedade.